

## **Somos todos (energeticamente) pobres!**

Há poucas semanas, o Governo anunciou o lançamento de mais um programa com o objetivo de combater a pobreza energética das famílias portuguesas economicamente mais vulneráveis. Batizado de “E-Lar”, segundo o Governo, o programa tem como meta, apoiar a substituição de eletrodomésticos antigos por versões mais eficientes, nos quais se inclui a aquisição de aparelhos de ar condicionado. A ANFAJE acompanha a preocupação com o apoio às famílias mais vulneráveis. No entanto, não conseguimos concordar com este caminho como sendo o mais correto.

O anúncio surgiu no seguimento da decisão de acabar com o PAE+S, um programa de sucesso que teve uma forte adesão de milhares e milhares de portugueses, de famílias “vulneráveis” e da classe média para melhoria do conforto das suas casas. Um programa extremamente importante para todos, apesar do moroso processo de análise de aprovação das candidaturas da última edição e do atraso no pagamento dos respetivos apoios. Tendo sido um programa com uma forte adesão dos portugueses esperava-se um relançamento do mesmo, expurgado dos procedimentos burocráticos extemporâneos e desnecessários. Debalde, em vez de colocar maior ambição nos montantes globais e no alcance das famílias a apoiar, o Governo lança este novo programa, sem ambição e assente na falácia que novos equipamentos, ainda que mais eficientes, combatem a pobreza energética.

Primeiro é essencial esclarecer. Do que falamos quando falamos de pobreza energética? De forma simples, podemos dizer que é a incapacidade de manter casa quente no inverno e de manter a casa fria no verão, ou seja ter conforto térmico. É fácil de entender que um aquecedor não combate o frio de uma casa, com paredes sem isolamento e com janelas com frinchas das quais conseguimos ver a rua...

A pobreza energética em Portugal é uma questão estrutural e a sua resposta deve ser ambiciosa e abrangente. Apenas em 1990 é que o nosso país teve legislação e requisitos para o comportamento térmico dos edifícios, e só em 2016 é que os projetos começaram a cumprir valores mínimos obrigatórios de isolamento térmico para as janelas. Portanto, será fácil de entender que estamos com um parque habitacional que está nas antípodas do conforto...

A maioria dos edifícios portugueses foram construídos sem cumprir quaisquer exigências de isolamento térmico. Somos quase todos energeticamente pobres já que existem milhões de pessoas que vivem em casas mal isoladas, com infiltrações, humidades ou ventiladas de forma inadequada. Contribuindo para agravar os crónicos problemas de saúde de muitos idosos, os mais vulneráveis de todos nós, os quais têm de suportar temperaturas baixas e taxas de humidade elevadas dentro das suas habitações. Esta à vista o aumento dos problemas respiratórios, as idas às urgências dos nossos hospitais e o aumento da taxa de mortalidade...

O plano de ação do Governo deve passar por enfrentar as causas estruturais da pobreza energética, começando pela má qualidade de paredes, coberturas, pavimentos e, claro, janelas. Para isso, como a ANFAJE tem vindo a defender, o Governo deve adotar uma abordagem abrangente: IVA à taxa reduzida de 6% para as janelas eficientes (como no caso dos aparelhos de ar condicionado...) e benefícios fiscais em sede de IRS para os investimentos em melhoria do conforto das habitações. Pouparam as famílias, poupa o SNS e poupamos todos nós. Mas para isso, não podemos ser pobres em ambição.